



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Jornal da Cidade - 19/05/2015

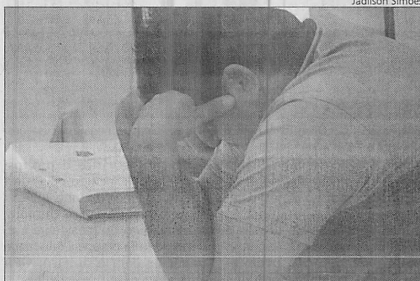
# Polícia prende envolvidos na máfia das subvenções

Para o MP, os dois presos e o deputado Augusto Bezerra formavam "organização criminosa"

Antônio Carlos Garcia  
DA EQUIPE JC

Presidente da Associação de Moradores e Amigos do Bairro Nova Veneza (Amanova), Clarice Jovelina de Jesus, e José Agenilson de Carvalho Oliveira, que diz ser trabalhador na área de construção civil, foram presos ontem pela manhã por policiais do Departamento Especializado em Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública (Deotap). Eles teriam sido beneficiados com R\$ 2,1 milhões de verbas de subvenção, ao se associarem com o deputado estadual Augusto Bezerra (DEM), que segundo denúncia do Ministério Público Estadual (MP) juntos "promoveram, constituíram e integraram pessoalmente e por meio de terceiros organização criminosa".

As prisões preventivas foram decretadas pela juíza da 1ª Vara Criminal, Jane Silva Santos Vieira, que acatou pedido do MPE. Encontra-se foragido Wellington Luiz Góes Silva. A titular do Deotap, Danielle Garcia, explicou que como se trata de desvio de verba estadual isso é competência do Estado. "Portanto, a Justiça Federal compartilhou todas provas produzidas com a Jus-



JOSÉ AGENILSON recebeu cheques da entidade, segundo a investigação

tiça Estadual e agora se trata de um caso de polícia. Vamos instaurar cerca de 18 inquéritos, um para cada associação, para apurar a destinação destes recursos", explicou Danielle.

Ela esclareceu que neste primeiro momento não há investigação contra os deputados por terem foro privilegiado e que precisam de uma autorização para que sejam investigados. "Entretanto, caso nessa investigação já iniciada fique comprovado o envolvimento de algum deputado, nós encaminharemos tudo para o Tribunal de Justiça para que seja

autorizada a continuação das investigações", informou.

Na concepção de Danielle Garcia, "é uma vergonha o fato dessas verbas de subvenção serem destinadas a associações sem que um real desse dinheiro seja aplicado em benefício da comunidade. Isso é crime grave, é peculato, é lavagem de dinheiro, é formação de quadrilha. Se depender da Polícia Civil de Sergipe e do Ministério Público, com o apoio do Ministério Público Federal, nós vamos atuar com rigor, doa em quem doer, chegue a quem chegar".

## Presos

O caso mais escancarado de desvio de dinheiro público até agora é com a Amanova, cuja presidente é Clarice Jovelina de Jesus. Segundo denúncia oferecida à Justiça pelo MP a entidade "há tempos se encontrava com suas atividades desenvolvidas de forma precária e limitava-se a realizar um forró aos domingos, denominado Forró da Terceira Idade, aulas de taekwondo e capoeira".

Mas em 2014, de acordo com o MP a Amanova "foi agraciada com verbas de subvenção da Ales, vultosas quantias do deputado Augusto Bezerra com importância de R\$ 940 mil, do deputado Paulo Hagenbeck Filho, com R\$ 1,085 milhão, e da deputada Susana Azevedo, com indicação de R\$ 300 mil, totalizando, juntamente com a destinação do demandado, a quantia de R\$ 3,2 milhões".

O MP afirma que isso chamou a atenção, "em razão da flagrante incompatibilidade entre as singelas atividades desenvolvidas pela Amanova, considerando seu porte e estrutura, e a vultosa quantia a ela destinada pelos parlamentares, o que concluiu-se que tais pagamentos foram dissimulados e viabilizadores de desvio de verbas subvencionais, uma vez

que são totalmente incompatíveis com a realidade do, que é desenvolvido pela associação".

Ontem, logo após ter sido presa, Clarice foi interrogada e disse ter sido procurada por um rapaz chamado Carlinhos que se apresentou como funcionário da Assembleia Legislativa e era quem movimentava a conta junto ao Banese. No depoimento, afirma a delegada Danielle Garcia, Clarice explicou que Carlinhos regularizou a conta e era ele quem pegava o dinheiro. A presidente não recebeu nenhum real da subvenção. "Estamos com toda a documentação, que não foi analisada ainda. A partir dessa análise teremos os passos seguintes", disse Danielle.

Quando a José Agenilson, a delegada informou que ele recebia cheques altos, alguns no valor de R\$ 80 mil, e disse em depoimento que estava num bar quando foi procurado por um homem chamado Carlinhos que lhe pediu para emprestar a conta pessoal. "E como ele deve acreditar em coelhinho do Páscoa e Papai Noel, forceceu a conta para que o dinheiro fosse depositado", ironizou Danielle.

Tanto José Agenilson como Wellington Luiz Góes Silva (foragido), no entendimento do Ministério Público têm "grave participação no esquema

de corrupção, uma vez que, para facilitar o desvio de dinheiro público e dissimular a natureza, origem, localização, movimentação e propriedade de valores oriundos da verba de subvenções, concederam as contas bancárias para a pessoa jurídica Wellington Luiz Góes Silva ME e a pessoal, respectivamente, para diversos depósitos bancários que totalizam R\$ 516.900,00 e R\$ 237.400".

O MP prossegue dizendo que "restou claro que o segundo e terceiro denunciados cederam de maneira livre e consciente a administração das contas bancárias da empresa e particular para a pessoa de nome Carlinhos se locupletar das verbas oriundas de subvenções da Ales. Tal conduta foi fundamental e imprescindível para facilitar o grave prejuízo ao erário, além do desvio e lavagem do dinheiro público recebido pela Amanova".

Questionada sobre a identidade de Carlinhos, Danielle assegurou que se essa pessoa realmente existir, chegará até ela.

O advogado de José Agenilson, João Burgos, disse que não iria se pronunciar naquele momento sobre a prisão do seu cliente. O advogado de Clarice, Max Carvalho, afirmou que vai se resguardar a falar com as autoridades.